

Iraque: Petróleo, história e guerra*

Luiz Paulo Macedo Carvalho**

Origens e caracterização

O Iraque (margem fértil do rio) é tido como o berço da civilização, onde os sumérios inventaram a escrita e onde se localizavam os Jardins Suspensos da Babilônia. Conquistado por persas, gregos e romanos, tornou-se centro do Império Árabe nos séculos VII e IX, período em que se deu a fundação de Bagdá e a introdução da religião islâmica. Seguiram-se as invasões mongóis e turcas, entrando depois em decadência.

A região - chamada na Antiguidade de Mesopotâmia (entre rios, em grego) - abrigou várias civilizações a partir de 3.000 a.C.: a sumeriana, a babilônia e a assíria.

A República do Iraque, criada artificialmente pelos ingleses em 1920, após a Primeira Guerra Mundial, ocupa uma área de 438.128km² (equivalente, *grosso modo*, à área dos estados de Santa Catarina e Bahia juntos), do geoestratégico *heartland* de MacKinder nos vales dos rios Eufrates e Tigre, os principais cursos d'água do Oriente Médio, com uma das maiores reservas de petróleo do mundo. Tem população de origem árabe de cerca de vinte milhões, composta de curdos (17%), xiitas, seguidores do Califa Ali (60%), sunitas, ortodoxos defensores da *Suna* - coletânea de textos do Profeta e dos califas - (20%), turcomanos e outras etnias (3%). Principais cidades: Bagdá (capital), Mossul, ao Norte, Basra, no Sul, Najaf (túmulo de Ali, primo e genro de Maomé) e Karbala (mausoléu de Hussein, neto do Profeta), as duas últimas consideradas cidades

santas. Desde 1978 viveu sob o regime de uma sanguinária ditadura militar do Partido Socialista Árabe Baath, criado por intelectuais esquerdistas e ultranacionalistas, contrários à teocracia do Islã (submissão voluntária à vontade de Deus) e xenófobos, que sonhavam em constituir uma República Árabe Unida, a exemplo da tentada pelo Egito e pela Síria.

Questão do petróleo

Deus, em sua infinita sabedoria, concedeu ao Ocidente a graça do desenvolvimento econômico-científico-tecnológico, que resultou na Revolução Industrial e suas conseqüências, e ao Oriente, a de possuir as maiores reservas mundiais para atender à demanda crescente do "ouro negro" pelo Ocidente.

Para melhor entendimento dos sucessivos conflitos ocorridos no Oriente Médio, impõe-se remontar aos idos do século XIX e início do XX, quando se verificou a expansão colonialista - sem precedentes - britânica, francesa, austro-húngara, russa, norte-americana e, particularmente, o desmoronamento do Império Otomano.

A rivalidade entre ingleses e russos assinala o começo da disputa pelo petróleo no Oriente Médio.

A partir de 1872, o Barão inglês Julius Reuter - fundador da conhecida agência de notícias - negociou acordos com a Pérsia (Irã), que permitiram, entre outras coisas, a exploração de petróleo naquele país. Tais acordos provocaram uma crise com a Rússia. O governo do Czar, temendo a

* Palestra proferida em 13 de julho de 2004.

** O autor é Coronel de Artilharia e Estado-Maior e historiador, membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Portuguesa da História

expansão imperialista inglesa junto a suas fronteiras ao sul, buscou a anulação dos mesmos. Mas os ingleses não desistiram. Em 28 de maio de 1901, obtiveram a primeira concessão do Xá da Pérsia para explorar petróleo por sessenta anos em dois terços do país, ficando o pé no Oriente Médio.

Em meados de 1908, jorrou petróleo a 15m de altura na “planície do óleo”, a sudoeste de Teerã, próximo ao *Shattal-Arab*, a 500km do Golfo Pérsico.

No ano de 1909, era criada a *Anglo Persian Oil Company*, que se transformaria, com o passar do tempo, na *British Petroleum* (BP).

Três anos depois, em 1912, os ingleses perderam o monopólio no Oriente: surgiu no cenário a *Turkish Petroleum Company*, com 50% de capital repartido entre o *Deutsche Bank* e a *Royal Dutch-Shell* holandesa, e a participação de 5% do milionário armênio Calouste Gulbenkian.

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, o Reino Unido preocupava-se com o abastecimento da Marinha, diante da mudança do sistema de propulsão dos navios de carvão para óleo. O então Lorde do Almirantado Sir Winston Churchill fez com que a Câmara dos Comuns nacionalizasse a *Anglo Persian Oil Company*, assumindo o controle do petróleo persa.

Em 1914, dá-se a fusão da *Turkish Petroleum Company* com a *Anglo Persian Oil Company*, ficando os ingleses com 50%, continuando os holandeses e os alemães, cada um, com 25%, e permanecendo o intermediário Gulbenkian com 5% dos lucros, o que lhe valeu a alcunha de “Senhor 5%”.

Terminada a guerra, com a derrota da Alemanha e o conseqüente desmantelamento do Império Otomano, as potências aliadas ditaram as novas regras do jogo, sendo assinados os acordos de San Reno, em 1920. Os franceses assumiram a parte dos alemães, da qual os britânicos haviam se aposado durante o conflito. Em compensação, a França renunciava às reivindicações territoriais ao norte do Iraque (campos petrolíferos de Mossul). O Reino Unido, por sua vez, anunciava que toda companhia privada interessada na exploração do

petróleo naquela área ficaria sob o seu controle, mas silenciando quanto às reservas petrolíferas da Mesopotâmia. San Remo foi um golpe duro contra os norte-americanos, que começavam a mostrar interesse pelo petróleo do Oriente Médio.

No final da década de 1920, ficou comprovada existência de imenso lençol petrolífero também no Iraque, em território curdo, nas cercanias de Kirkuk. Somente em 1928, na cidade de Ostende, Bélgica, verificou-se, enfim, a assinatura do contrato de exploração do petróleo iraquiano. Em substituição à *Turkish Petroleum Company* surgiu a *Iraq Petroleum Company* (IPC), cujo capital ficou assim constituído: *Anglo Persian*, 23,75%; *Shell*, 23,75%; *Compagnie Française de Petrole*, 23,75%; cartel *Gulf-Texaco-Exxon-Mobil*, 23,75%, e os 5% de Gulbenkian. Entravam, afinal, efetivamente os norte-americanos no negócio do petróleo no Oriente Médio. Os representantes das companhias, então, traçaram a famosa “linha vermelha” em torno do ex-Império Otomano. Apenas a Pérsia e o Kuwait eram excluídos. No interior da zona demarcada, qualquer atividade petrolífera devia se fazer somente entre os participantes da IPC. O petróleo persa continuou como “reserva de caça” dos ingleses.

Em 1933, o Rei ibn Saud deu concessão à empresa norte-americana *Socal* de explorar petróleo na Arábia Saudita por sessenta anos.

Os ingleses, em vez de lutar contra os norte-americanos, preferiram, um ano e meio mais tarde, associar-se a eles à base de 50% na prospecção da última área petrolífera inexplorada - Kuwait.

Em 14 de fevereiro de 1945, a bordo do *USS Quincy*, no Mar Vermelho, firmava-se uma aliança entre Franklin Delano Roosevelt e Abdulaziz ibn Saud, pela qual Riad comprometia-se a manter estável o preço e o suprimento de petróleo, em troca da proteção norte-americana contra a exploração predatória regional e estrangeira. Somente em 1973, o pacto seria rompido em conseqüência do primeiro “choque do petróleo”, com a multiplicação do preço do barril por quatro.

Após a Segunda Guerra Mundial, teve início o movimento de descolonização que assegurou aos Estados independentes disporem livremente dos seus recursos.

No ano de 1948, os norte-americanos conseguem o fim da “linha vermelha”. As “Sete Irmãs” (*Gulf, Chevron / Standard, Exxon, Móbil, Texaco, BP e Shell*) ofereceram melhores preços pelo barril de petróleo e dominaram a produção do Barhein, do Kuwait e do Iraque. Desta forma, as multinacionais norte-americanas e inglesas controlaram os preços e a produção de petróleo no Oriente Médio.

Porém, em 1954, Mossadegh nacionalizou o petróleo iraniano. Quatro anos depois, Mossadegh foi eliminado e os norte-americanos obtiveram o controle do petróleo do Irã, tomando o lugar dos ingleses.

Em 1960, Arábia Saudita, Kuwait, Irã, Iraque, Catar, Indonésia, Líbia, Emirados Árabes, Argélia, Nigéria e Venezuela, donos de 77% das reservas mundiais, fundaram a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) e, pela primeira vez, os países do Golfo se uniram para enfrentar as “Sete Irmãs”. Nacionalização era a palavra de ordem nos países árabes.

Em 1972, o Iraque recuperou o controle de sua indústria petrolífera e a nacionalizou por meio da INOC (*Iraq National Oil Company*), incumbida da produção, e da SOMO (*State Oil Marketing Organization*), da comercialização.

A Guerra do Yom Kippur, em 1973, ensejou o primeiro “choque do petróleo”. Os países do Golfo visavam a pressionar o Ocidente, que apoiava Israel. Elevaram em 70% o preço do barril e limitaram a produção de petróleo. Três anos após, a Arábia Saudita procedeu de maneira idêntica, antes de nacionalizar completamente a ARAMCO (*Arabian American Oil Company*), mas, diante da ameaça soviética e da Guerra do Afeganistão, por razões estratégicas, os norte-americanos viram-se compelidos a manter a parceria com os sauditas.

Os produtores ditavam, então, as regras do jogo, mas as empresas estrangeiras mantiveram o

controle da refinação, do transporte e da comercialização da gasolina e demais derivados do petróleo – brilhante adaptação à nova situação. De 1973 a 1974, só a Shell aumentou seus negócios em 160%. Por ocasião do “choque do petróleo” de 1973, atingiu 36,9% operando como intermediária indispensável à economia ocidental. Por cerca de quarenta anos, o petróleo do Oriente Médio esteve nas mãos das grandes potências do Ocidente; trinta anos depois, invertiam-se as posições.

Retrospectiva histórico-política

Desde o século XV até a Primeira Guerra Mundial, todo o Oriente Médio esteve sob o jugo do Império Otomano. Os árabes nunca toleraram a dominação turca. A reação árabe acirrou-se com o crescimento do nacionalismo, que atingiu o clímax no final do século XIX. Durante a Primeira Guerra Mundial, os turcos aliaram-se aos alemães. Os árabes, diante da promessa de independência dos ingleses, após vacilarem, rebelaram-se contra os turcos. Instigados pelo lendário Lawrence da Arábia e liderados pelo hashemita Xerife de Meca – Hussein ibn Ali, considerado descendente direto de Maomé (não comprovado) –, acabaram vencendo os turcos.

Em 1916, franceses e ingleses haviam firmado, secretamente, o Acordo Sykes-Picot, que estabelecia a partilha do Oriente Médio no pós-guerra. O Reino Unido ficava de posse do Egito, dos Emirados Árabes, da Transjordânia, da Mesopotâmia e da Palestina. À França caberiam o Líbano e a Síria. Permaneciam, assim, todas as jazidas de petróleo nas mãos dos ingleses. Logo em seguida, no ano de 1917, o Governo britânico, pela Declaração Balfour, acenava com a criação de um “lar nacional judeu” na Palestina, buscando conseguir apoio dos judeus russos e dos residentes no território palestino.

Ao término da guerra, como recompensa pela ajuda proporcionada com a “Revolta Árabe”, o Governo britânico entregou a Hussein ibn Ali e seus filhos Faisal e Abdulah, respectiva-

mente, o Reino do Hejaz (Arábia Saudita), a Síria e a Transjordânia (Jordânia). Porém, a França reclamou a posse da Síria e do Líbano, conforme fora acertado pelo Acordo Sykes-Picot. A solução foi retirar Faisal do seu trono em Damasco e dar-lhe em troca a Mesopotâmia sob a tutela da *Union Jack*, reunindo ao norte (Mossul) os curdos, ao centro (em torno de Bagdá) os sunitas, e ao sul (ao redor de Basra, exceto a cidade-estado de Kuwait, no Golfo) os xiitas, sob a denominação de Iraque.

No período de descolonização ao fim da Segunda Guerra Mundial, os ingleses trataram de consolidar o seu poder no Oriente Médio, controlando os governos dos países árabes por meio de alianças e títeres. Por outro lado, os norte-americanos apoiavam o recém-criado Estado de Israel, na Palestina (1948), com a derrota da coalizão árabe na guerra que se seguiu à ocupação do território palestino.

Em 1952, liderando um movimento nacionalista-socialista pan-arábico - com o apoio da URSS às guerras de libertação do Terceiro Mundo - o Coronel Gamal Abdel Nasser depôs o Rei Farouk do Egito, promoveu a reforma agrária, a industrialização do país e a nacionalização do Canal de Suez, proibindo a navegação de navios israelenses. Sucessivamente, caíram as monarquias pró-ocidentais do Iraque (1958), do Iêmen (1962) e da Líbia (1969). Israel reagiu invadindo e ocupando o Sinai, apoiado pelos ingleses e franceses. A URSS protestou e o Governo dos Estados Unidos forçou um cessar-fogo e a devolução dos territórios egípcios ocupados. Formou-se a RAU (República Árabe Unida), reunindo o Egito e a Síria (1958), que fracassou. Em 1967, o Egito perdeu a Guerra dos Seis Dias e, com isso, a Península do Sinai e a Faixa de Gaza. Três anos depois, Nasser morreu e Anwar Sadat assumiu o Governo do Egito que, aliado à Síria, atacou Israel no Yom Kippur de 1973, para recuperar os territórios perdidos. Ante a ameaça da proliferação das idéias nacionalistas árabes e também mar-

xistas - estas não aceitas pelos religiosos muçulmanos -, o Reino Unido e os Estados Unidos incentivaram a disseminação das escolas islâmicas (madrçais), custeadas pela Arábia Saudita, e a pregação dos imãs e aiatolás, para conter o avassalador movimento nasserista.

A falta de liderança decorrente do desaparecimento de Nasser, as derrotas impostas por Israel ao Egito e à Síria e o incentivo de ressurreição do fundamentalismo islâmico com o beneplácito do Ocidente levaram à Revolução Iraniana (1979) e ao estabelecimento do regime teocrático do Aiatolá Khomeini.

Concomitantemente, a aventura soviética no Afeganistão (1980), em suporte ao governo comunista de Cabul, ensejou os Estados Unidos e a Arábia Saudita a apoiar os rebeldes afegãos e Osama bin Laden. Nove anos mais tarde, após sofrer pesadas baixas (36 mil), a União Soviética abandonou o Afeganistão, animando os fundamentalistas islâmicos a combater a cultura ocidental, considerada materialista, corrupta, imoral e violenta. Estava lançado o germe da obsessão antiamericanista mundial, alimentada pela arrogância e unilateralismo da potência hegemônica.

A "Revolução dos Aiatolás", a única do século XX sem rótulo marxista, despertou simpatias do mundo islâmico.

Saddam Hussein, aproveitando a oportunidade e com pretensões de assumir a liderança do Mundo Árabe, propôs aos EUA, em reunião secreta na Jordânia, que lhe dessem ajuda econômica e armas modernas para recuperar o rico campo petrolífero do Shattal-Arab e derrotar o regime fundamentalista do Irã.

Ainda que auxiliado pelos norte-americanos, ingleses, alemães, franceses e italianos, depois de nove anos de guerra de atrito, empregando agentes químicos e bacteriológicos fornecidos por seus novos aliados, o Iraque sofreu fragorosa derrota e saiu arruinado, com milhares de baixas.

Sentindo-se traído em face do escândalo Irã-Contras, e com uma dívida externa de US\$ 80

bilhões, perdendo dinheiro na queda dos preços do petróleo no mercado, lançou-se contra o Kuwait. Reclamava portos do Golfo Pérsico, indenização por extração de petróleo da região de Rumaila, na fronteira entre o Iraque e o Kuwait, e por venda maior do que a cota fixada pela OPEP. Na verdade, visualizava uma saída para a difícil situação em que se metera no Kuwait com a expansão iraquiana por todo o deserto da Arábia e concretizar o sonho de liderar os povos árabes.

Estavam aí as alegadas causas imediatas e mediatas para a invasão do Kuwait e a sua anexação ao Iraque como a 19ª província.

Guerra do Golfo de 1991

A invasão do Kuwait pelo Iraque, iniciada em 1º de agosto de 1991, desencadeou uma série de acontecimentos que assinalaram o início do primeiro conflito de grande escala no período pós-Guerra Fria e o primeiro capítulo da Guerra do Golfo.

Levará alguns anos para que todas as lições dessa guerra sejam completamente analisadas e para que as suas conseqüências político-estratégicas tornem-se evidentes. Contudo, está claro que o seu desfecho causou inúmeros impactos na evolução da arte da guerra e na do pensamento estratégico-militar predominante ao final da metade do século XX. Pode-se mesmo afirmar que constituiu um ponto de inflexão na cultura da guerra e na doutrina militar.

Embora a Guerra do Golfo tenha tido a duração de apenas 43 dias, implicou um maciço emprego de meios aéreos, blindados e novas tecnologias diversificadas, que vão desde ataques de aeronaves invisíveis aos radares (*stealth*), emprego de modernos sistemas de controle de tiro com visores térmicos de alvos e de armas inteligentes a transmissões por videofone. Constatou-se, em síntese, a ocorrência de uma “Revolução em Assuntos Militares”.

A Guerra do Golfo é um marco significativo nas relações Leste-Oeste e para o mundo em desen-

volvimento. Caracterizou inusitado desafio de uma potência regional contra uma ampla coalizão de forças de 38 países, promovida pelos EUA, sob a égide das Nações Unidas, e assentimento da União Soviética, da OTAN, do Japão e da maioria das nações do Leste Europeu, da Liga Árabe e do Conselho de Cooperação dos Estados do Golfo Pérsico (Bahrein, Omã, Catar e Emirados Árabes Unidos). Somente a Jordânia, a Líbia, a Mauritânia, o Sudão, o Iêmen e a OLP manifestaram apoio político ao Iraque durante o conflito.

Quarenta e seis anos depois da Segunda Guerra Mundial e quase duas décadas após a derrota norte-americana no Vietnã, e a cerca de outros dez anos da retirada das tropas norte-americanas do Líbano, Tio Sam recuperava seu prestígio político-econômico-militar, assumindo a hegemonia mundial ao término da Guerra do Golfo.

Pela primeira vez desde a Guerra da Coreia, a ONU autorizou liberdade de ação contra um agressor. Em conseqüência, o Iraque sofreu absoluto bloqueio naval e econômico (exceto alimentos e medicamentos para a população), teve proibida a exportação de petróleo e a importação de armas.

Pela Resolução 678, a ONU, pressionada, deu o prazo até 15 de janeiro de 1991 para o Iraque se retirar do Kuwait.

Dois dias após o término do prazo, os EUA iniciaram os bombardeios aéreos do Iraque com mísseis de cruzeiro. Em represália, o Iraque lançou *Scuds* em cidades israelenses e sauditas. No fim de fevereiro, a coalizão de 38 países liderados pelos EUA invadiu o Kuwait e o Sul do Iraque sem encontrar resistência e, em questão de dias, o Iraque se rendeu incondicionalmente, retirando suas tropas do Kuwait.

A estratégia empregada pela coalizão foi a desenvolvida por Colin Powell na década de 1980 para enfrentar as forças do Pacto de Varsóvia – a chamada “Doutrina de Superioridade Esmagadora”, que enfatizava destruir o inimigo antes do combate, privá-lo da capacidade de lutar, com um

mínimo de baixas e danos, mobilidade, pré-posicionamento, instrução, tecnologia e integração do poder militar. Resumia-se na batalha ar-terra: conquistar supremacia aérea, atacar alvos estratégicos e destruir as forças terrestres.

Para isso, em seis meses de concentração, a coalizão apresentou o seguinte poder relativo de combate:

Meios	Coalizão*	Iraque
Combatentes terrestres	600.000	545.000
CC	3.360	4.230
Peças de Artilharia	3.633	3.100
Outras viaturas blindadas	4.050	2.870
Helicópteros	1.959	160
Aeronaves de asa fixa	2.700	770
Belonaves	150	48

* Forças da coalizão: EUA, Arábia Saudita, Reino Unido, França, Egito, Síria, Canadá, Itália, Omã, Catar, Emirados Árabes Unidos (14 muçulmanos).

As operações na Guerra do Golfo foram conduzidas em duas fases. A primeira fase, levada a efeito em mil horas, esteve a cargo da Força Aérea e visou a conquistar a supremacia aérea (destruir bases aéreas, defesa aérea terrestre, radares inimigos, a Força Aérea iraquiana e 48 belonaves); atacar alvos estratégicos (QG, PC, sistemas de comunicações, usinas elétricas, reatores nucleares, instalações de produção de armas biológicas e químicas e depósitos de suprimentos); destruir as forças terrestres (mísseis de grande alcance e precisão, artilharia, barreiras defensivas e abrigos antiaéreos). A segunda caracterizou-se pela batalha ar-terra, cerco e destruição, concluída em cem horas, com uma finta de desembarque anfíbio de uma brigada de fuzileiros navais e emprego de forças especiais, o ataque principal lançado da Arábia Saudita explorando a surpresa (18º Corpo de Exército Aeroterrestre) e dois ataques simultâneos (7º Corpo de Exército e Comando Norte das Forças Conjuntas), sem parar, nos objetivos intermediários, tirando o máximo proveito da mobilidade e velocidade; um avanço pan-árabe e norte-americano lan-

çado do Kuwait e outra ação rápida para fechar o cerco e cortar a retirada (captura de aeródromos), confiada à 6ª Divisão Blindada (França), à 52ª Divisão Aeroterrestre e à 101ª Aeroterrestre dos EUA.

Em seis semanas de guerra, o balanço final foi o seguinte:

Perdas	Iraque	Coalizão
Mortes	100.000	>200
CC	4.000	4
Outras Vtr Bld	1.000	9
Peças de Artilharia	3.000	1
Aeronaves	276	38

Os custos da primeira fase da Guerra do Golfo, segundo o Pentágono, ficaram assim rateados entre os seguintes países:

- Arábia Saudita - US\$ 16,8 bilhões
- Kuwait - US\$ 16,0 bilhões
- Japão - US\$ 10,7 bilhões
- Alemanha - US\$ 6,6 bilhões
- EUA - US\$ 7,4 bilhões

Guerra do Golfo de 2003

Logo após a derrota de Saddam Hussein na Primeira Guerra do golfo, curdos e xiitas revoltaram-se no Iraque. Os rebeldes foram massacrados impiedosamente, inclusive com o emprego de armas químicas, provocando a fuga de curdos e xiitas para a Turquia e para o Irã.

A ONU enviou ajuda humanitária, sendo os comboios atacados pelos iraquianos. Os EUA, o Reino Unido e a França, para dar proteção aos refugiados, estabeleceram uma zona de exclusão aérea, sem a aprovação da ONU, ao norte do paralelo 36º N e ao sul do paralelo 33º N, bem como organizaram uma força aliada para dar segurança aos curdos, aos xiitas, à Arábia Saudita e ao Kuwait.

A ONU - pela Resolução 687 de abril de 1991 - determinou a inspeção de depósitos e fábricas de material bélico iraquianos, a fim de pôr

termo às armas de destruição em massa e limitar o alcance dos mísseis do Iraque a 150km. Depois de uma série de problemas criados pelo governo de Saddam Hussein aos trabalhos dos inspetores da ONU, estes acabaram expulsos do país em 1998.

A manutenção de bases militares, o estacionamento de militares norte-americanos no Kuwait e na Arábia Saudita e o apoio dado pelos EUA a Israel na luta contra os palestinos contrariavam os fundamentalistas islâmicos, especialmente os *wahhabitas* (base do terrorismo religioso) do *Hamas* e dos talibãs. O fanático saudita Osama bin Laden, que liderava a organização terrorista *Al-Qaeda* desde 1988, com a experiência obtida na Guerra do Afeganistão e tomado de ódio pelo Ocidente, em especial pelos norte-americanos, desencadeou uma seqüência de atos terroristas contra quartéis, navios, embaixadas dos EUA, a garagem do *World Trade Center* em 1993, culminando com os atentados de 11 de setembro de 2001.

A Arábia Saudita via em Saddam Hussein ameaça ao país, mas a Casa Real de Riad, por força de seus compromissos com os *wahhabitas*, fazia um jogo duplo.

Os EUA sentiram a necessidade de transferir a base física instalada na Arábia Saudita para outro país naquela área, com a finalidade de neutralizar os riscos representados pela Síria e pelo Irã e encontrar uma solução conciliatória para o insolúvel agravamento da questão palestina.

Contudo, a escalada das ações terroristas fundamentalistas islâmicas, particularmente tendo por alvo os EUA, desviou a atenção dos norte-americanos desde o governo Clinton; ignoraram a não-observância da Resolução 687 pelo Iraque, que despendia milhares de dólares com o pagamento de indenizações às famílias de homens-bomba sacrificados pelo Islã.

A reação imediata norte-americana à tragédia de 11 de setembro tinha de ser dirigida contra Osama bin Laden, refugiado no Afeganistão. Inconformados com o erro cometido no fim da

Guerra do Golfo – conservar Saddam Hussein no poder (dizem que pressionado pela Arábia Saudita e para assegurar o equilíbrio de poder no Oriente Médio) – e decepcionados pela não-captura de Osama bin Laden no Afeganistão, tornaram a pressionar a ONU por um ultimato a Saddam Hussein.

Em consequência, as Nações Unidas aprovaram a Resolução 1.441, no final de 2002, que exigia o cumprimento da Resolução 687 pelo Iraque e determinava o retorno dos inspetores e a pronta retomada dos seus trabalhos, interrompidos por ordem do Governo do Iraque, ressaltando os graves resultados acarretados pela sua não-observância.

Embora o relatório da Agência Internacional de Energia Atômica frisasse que “não há material apropriado nem pessoal qualificado no Iraque para desenvolver armas atômicas”, não mereceu a devida atenção do governo estadunidense e do britânico. A essa altura dos acontecimentos, os Estados Unidos e o Reino Unido já haviam reiniciado os ataques aéreos aos postos de comando, centros de comunicação e posições de defesa aérea nas zonas de exclusão aérea unilateralmente impostas aos iraquianos a partir de 2001.

Alemanha, China, França e Rússia opuseram-se à política unilateralista norte-americana, secundada pelos britânicos, numa primeira tentativa de formar um bloco contrário à guerra. Negociações diplomáticas foram encetadas visando a ganhar tempo e neutralizar as ações dos EUA. Mas a verdade é que, a despeito dos argumentos apresentados para evitar o ameaçador conflito, pesavam interesses econômicos e petrolíferos dos europeus e chineses no Iraque. A ELF negociava com Saddam Hussein a concessão do campo petrolífero de Majnoon e Bin Umar, com reservas estimadas entre 20 e 30 bilhões de barris; os russos tinham os olhos voltados para os promissores campos de Rumaila (11 bilhões de barris) e West Qurna (15 bilhões de barris); os alemães possuíam também grandes negócios em vista;

os chineses – os terceiros consumidores mundiais de petróleo – não arriscariam verem-se privados desta fonte de energia do Oriente Médio, indispensável para abastecer a sua indústria nascente e competidora.

Os EUA interpretavam o item 13 da Resolução 1.441 como autorização para o emprego da força, ao contrário do texto da Resolução 678, aplicada em 1991, que explicitamente reconhecia o direito de utilizar todos os meios para rechaçar a invasão do Kuwait pelo Iraque.

A coalizão norte-americana e britânica, enquanto aguardava a autorização da ONU para ir à guerra contra Saddam Hussein – sob alegação de possuir ele armas químicas e biológicas de destruição em massa, tentar desenvolver tecnologia e armamento nuclear, desrespeitar os direitos humanos, apoiar o terrorismo islâmico e proibir as atividades dos inspetores da ONU –, concentrava mais de duzentos mil soldados, aeronaves, belonaves, equipamento e armamento nas águas do Golfo Pérsico, com autorização do Capitólio e de Westminster, ao arpejo do Conselho de Segurança da ONU.

Diante do impasse surgido, EUA e Reino Unido, apoiados por Espanha, Portugal e Japão, apresentaram à ONU nova proposta de Resolução, que deveria autorizar o emprego da força para “desarmar” o Iraque. Enquanto isso, os europeus propunham adiar por mais de quatro meses o prazo para o Iraque permitir a volta dos inspetores e acatar as suas conclusões.

Após uma reunião, que teve lugar nos Açores, os EUA, Reino Unido e Espanha deliberaram a proposta de votação da Resolução e dar um ultimato de 48 horas para Saddam e seus filhos abandonarem o Iraque.

Assim, iniciou-se a segunda etapa da inconclusa Guerra do Golfo, que ficou conhecida como Guerra do Iraque.

O retardo da deliberação da ONU, a aproximação do verão – que dificultaria as operações terrestres nos desertos iraquianos –, o complica-

dor turco surgido com a negação de bases em seu território para 62 mil soldados e blindados norte-americanos, debilitando o poder de combate da coalizão ao norte, preocupava a mesma, levando-a a desencadear o ataque sem a necessária concentração de tropas estar concluída, ou seja, estarem prontas para ultrapassar a linha de partida, efetuando um *rolling satart* (início rolante).

A estratégia adotada agora, na Segunda Guerra do Golfo – de “choque e pavor” –, veio substituir a anterior – de “superioridade esmagadora” –, em razão das mudanças determinadas pela “Revolução em Assuntos Militares”. Os avanços tecnológicos alcançados não justificavam mais o emprego de grandes efetivos militares – mantidos estacionados, oferecendo alvos compensadores e expostos a maior número de baixas – quando se dispunha de armas com grande alcance, maior acurácia e maior letalidade, tais como mísseis, aeronaves não-tripuladas e de longa autonomia, armas e munição inteligentes. Daí o motivo de se explorar a surpresa do choque desfechado, de mobilidade e com metade dos efetivos anteriormente empregados para obter o rápido controle total do campo de batalha em todas as dimensões, inclusive eletromagnética, e semear o pavor entre a população civil, bem como abater o moral dos combatentes adversários, forçando-os a não lutar.

Isso vem explicar a preocupação em chegar a Bagdá em vinte dias e em dominar a situação ao norte do Iraque. Já a estratégia de Saddam Hussein se alicerçava em prolongar o conflito, não oferecendo resistência em posições indefensáveis no deserto e atraindo as forças de coalizão para ações de guerrilha em emboscadas e combate em localidades, que lhe seria mais lucrativo e renderia mais baixas ao invasor, com repercussão na opinião pública do Ocidente ampliada pela mídia. Para isso, não poupou o sacrifício do povo iraquiano na política de terra arrasada, mediante alagamento de áreas pela destruição de represas e incêndio de poços de petróleo, a fim de negociar armistício

e permanecer uma vez mais no poder – a diretriz era vencer a guerra ganhando tempo.

As forças de coalizão empregadas, de início, tiveram um efetivo equivalente à metade do empenhado na Primeira Guerra do Golfo – aproximadamente 300 mil homens, 1.720 carros-de-combate (*Abrams*), de 800 a 850 aeronaves (*F117 Stealth*, *F14*, *F15*, *F16*, *F18*, *B1*, *B2*, *B52*, *Awacs*, *U2* e não-tripuladas, helicópteros *Black Hawk*, de ataque, e *Apache*, anticarros), cerca de 180 belonaves (5 porta-aviões, 5 submarinos (1 nuclear) e 21 contra-torpedeiros), além de indeterminado número de mísseis de cruzeiro. Contou com o 5º Corpo de Exército, a 1ª Força Expedicionária de Fuzileiros Navais (EUA), o 3º Comando de Fuzileiros Navais (britânico) e forças especiais inglesas, norte-americanas e polonesas.

As operações planejadas previam dois ataques no Sul, partidos do Kuwait: um, a oeste, a cargo do 5º Corpo, pelo deserto, com a missão de impedir o lançamento de mísseis contra Israel, conquistar o aeroporto de Tallil, ultrapassar Najaf e Karbala (cidades santas) e conquistar Bagdá; outro, a leste, confiado à 1ª Força Expedicionária de Fuzileiros Navais, para conquistar os campos petrolíferos ao sul do Iraque e conquistar Basra, prosseguindo em direção a Bagdá. Simultaneamente, as tropas britânicas (45 mil homens), realizariam um ataque anfíbio para conquistar a Península de Al Faw e o porto de Umm Qasr.

Ao norte seria lançada a 173ª Brigada Aero-terrestre para reforçar as ações desencadeadas pelas milícias curdas com o apoio das forças especiais que precederiam à ofensiva.

Para apoiar as ações no Sul foi estabelecida uma linha de suprimento ao longo de 560km do Kuwait até Bagdá, que suportou tráfego superior a 2.500 viaturas-transporte não-especializado com mais de duas toneladas de diversas classes de suprimentos.

As necessidades de água e alimentos foram de 1,5 milhão de litros e 350 mil rações de combate. O estoque inicial de combustível estimado para aten-

der às operações foi de 55 milhões de galpões. O consumo diário de combustível das forças terrestres calcula-se ter sido de 15 milhões de galões, sem considerar 500 mil gastos por dia nas ações aéreas.

As operações navais envolveram 5 navios-aeródromo, num total de 146 navios e 60 mil homens, que cumpriram a missão de controle marítimo e de projeção do poder marítimo. Partiram dos porta-aviões mais de 50% das surtidas aéreas realizadas sobre o território iraquiano. Foram disparados de navios mais de oitocentos mísseis *Tomahawk*. O desembarque efetuado na Península de Al Faw contou com apoio naval, afora a limpeza do Canal Shatt-Arab e das águas de acesso ao porto de Umm Qasr.

Ao poder aéreo coube missões de reconhecimento, levantamento de alvos, condução de tiro, apoio a ações de combate em localidades (novidade), transporte e evacuação, registrando mais de 1.500 surtidas diárias e empregando inúmeros satélites, bem como aeronaves não-tripuladas de vários tipos.

O inimigo enfrentado no Iraque tinha o poder de combate reduzido à metade do inicial apresentado em 1991, em razão das acentuadas perdas sofridas e achar-se bastante desgastado por doze anos de embargo, que prejudicaram a reposição de material bélico moderno e o repletamento de munição, sem falar que não dispunha de apoio aéreo e naval. O terreno plano e desprovido de abrigos e coberturas contribuiu para facilitar o emprego de blindados e dos meios aéreos superiores da coalizão. Tanto os combatentes iraquianos quanto a população, amedrontados pelo insucesso das campanhas anteriores, pela supremacia aérea e de fogo das forças atacantes, mostravam-se desmoralizados, despreparados, desmotivados para a luta e vulneráveis à ação psicológica adversa, ampliada pela mídia *embedded* em unidades oponentes, com a tecnologia avançada dos *tank-cams*, que exerceram papel importante no domínio da opinião pública, já afetada pela opressão do regime ditatorial vigente no país.

Apesar de alguma resistência xiita, oferecida nas áreas urbanas, e emboscadas bem-conduzi-

das, não houve dificuldade em vencer as campanhas do Iraque de 1991 e de 2003.

Como esperado, as baixas sofridas pela coalizão, da ordem de 130, foram insignificantes, comparadas às iraquianas, estimadas em 2.320 militares mortos e 7.830 civis, ainda que tivessem sido tomadas todas as precauções para poupar a população. Mas, concluída a campanha, na *phoney war* que se seguiu, a coalizão experimentou cinco vezes mais baixas e os iraquianos um número muito maior.

Entretanto, não podem a doutrina e os resultados das guerras do Golfo serem tomados como paradigma, exigindo reestruturação das Forças Armadas e a revisão da estratégia e da tática a serem utilizadas no futuro. A doutrina de guerra preventiva está sendo contestada com base na ética, nos tratados internacionais, seus grandes custos e questionável eficácia.

A subestimação do Iraque obrigou o envio de reforços às tropas da coalizão.

Avultou a proeminência do poder aéreo e naval.

Novos focos de tensão fundamentalista ameaçavam o planeta, gerando fontes de instabilidade e imperiosa necessidade de transformações radicais no mundo como um todo.

A escalada da violência pode se transformar em guerra civil mais sangrenta e prejudicial ao Iraque do que a invasão liderada pelos Estados Unidos.

A frustração experimentada com a não-captura de Osama bin Laden aumentou ante a demorada prisão de Saddam Hussein e o alastramento dos atos terroristas e da guerrilha, dificultando a implantação de regime democrático nos países islâmicos.

Em que pese a hegemonia dos EUA, ficou comprovada a dependência do consenso internacional e do apoio aliado. Terrorismo é um problema mundial. Exige resposta global.

A despeito da desunião dos países árabes, não se deve subestimar o fundamentalismo islâmico e negligenciar os desníveis socioeconômicos entre Oriente e Ocidente, dependente ainda em 42% do petróleo, fator básico de equilíbrio dos preços e da inflação.

É forçoso reconhecer que os conflitos estratégicos não podem ser solucionados apenas por dissuasão nuclear e tecnológica.

Até o presente, não se encontraram provas da existência de armas de destruição em massa no Iraque, conforme alegado.

Finalmente, resta perguntar quem arcará com os custos totais deste segundo capítulo da Guerra do Golfo, inclusive da reconstrução do Iraque.

Muitas vezes, na vitória está o fracasso, e no fracasso, a vitória.

“Fazer a guerra é difícil.” ☉

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA – Coleção General Benício

J. F. Maya Pedrosa

A Catástrofe dos Erros



A Catástrofe dos Erros

José F. Maya Pedrosa

Ensaio histórico que busca compreender os principais significados da guerra contra o Paraguai, fixando-se em situação equidistante de posições nacionalistas mais exaltadas. Aborda os antecedentes e os principais momentos do conflito em sua relação com as ações do Governo brasileiro e as atitudes dos seus líderes, com destaque para a atuação do Imperador Pedro II.